



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO
<http://www.sed.rct-sc.br/clipping>

Recortes de notícias sobre educação

Simulado online Inscrições até 12 de setembro

**Prova servirá como teste para estudantes que
farão este ano o Exame do Ensino Médio**

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br

e clicando em **IMPrensa**

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 31/8/10



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 31/8/11
Assunto: Simulado online		Página: 28

SIMULADO ONLINE

Inscrições até 12 de setembro

Prova servirá como teste para estudantes que farão este ano o Exame Nacional do Ensino Médio

Alunos do 3º ano do ensino médio poderão testar seus conhecimentos com o Simulado Online Enem 2011, que ocorre entre os dias 17 e 18 de setembro, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

A prova é uma versão virtual do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), realizada pelo Pré-vestibular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com apoio da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina e promovida pela Rádio Atlântida de Florianópolis.

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas até 12 de setembro pelo site www.prevestibular.ufsc.br. O teste tem duração de duas horas e pode ser realizado de qualquer computador com acesso à internet, no sábado (17) ou domingo (18), à escolha do aluno.

São duas versões da prova, com 30 questões de múltipla escolha, que abordarão as ciências da natureza, ciências humanas e matemática. O regulamento e demais informações estão disponíveis no site. O professor e coordenador do Pré-vestibular da UFSC, Otávio Auler, irá esclarecer as dúvidas dos estudantes no *blog diário.com.br/otavioauler*, twitter @profenem e facebook/profenem.

– Todos os desafios da vida exigem dedicação e treino. No Simulado On-

Serviço

- **Inscrições:** até 12 de setembro
- **Prova:** 17 e 18 de setembro
- **Informações:**
www.prevestibular.ufsc.br

COMPETIÇÃO ACIRRADA

A Rádio Atlântida, que tem grande identificação com o público jovem, promove o simulado em SC e no RS. Este ano, para estimular a participação dos estudantes, a emissora irá oferecer prêmios para os primeiros colocados. Os 10 melhores colocados no simulado serão premiados com iPads versão 2 – destinado aos três primeiros – e iPods shuffle para os outros sete.

line Enem é a mesma coisa, antes de entrar em campo, temos que treinar – lembra Auler.

Pelo menos 30 universidades federais adotaram o Enem como única forma de seleção para 2012. As instituições também utilizam o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), criado pelo Ministério da Educação para as universidades que usam a nota do Enem para o processo de seleção, de forma parcial ou integral. A UFSC realiza o vestibular, mas neste ano aumentou o peso do Enem para 30% na nota final da prova.

O concorrente que tenha realizado o teste e obtido um bom desempenho contará com mais pontos.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 31/8/11,
Assunto: Educação do futuro		Página: 2

Educação do futuro

Está em fase final um amplo programa que apresentará uma nova política de educação para todo o Estado. Começa reduzindo o tamanho da Secretaria Estadual de Educação permitindo mais mobilidade e agilidade. E o foco será o ensino médio com a transferência gradual do ensino fundamental para os municípios. Dados apresentados pelo secretário Marco Tebaldi são preocupantes a partir do momento em que 64% dos alunos no ensino médio estão nas ruas e não nas salas de aula. Desistem. Em Santa Catarina chega a praticamente 40%. Por quê? Não há retorno efetivo. Sendo assim, a nova política educacional apoiará o ensino integral visando manter o aluno na escola das 8 horas às 18 horas oferecendo cursos complementares de inglês, informática, gestão empresarial. Sai capacitado para um emprego e até para abrir um negócio. Paralelo a isso ocorrerá à migração do ensino fundamental para os municípios. Será um processo lento e gradual. No ano que vem começam



por 30 escolas que equipadas como recursos do MEC e onde cada aluno receberá um tablet como material escolar. Avanços que exigirão também qualificação dos professores e remuneração adequados.

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Visor	Data: 31/8/11
Assunto: Reforma		Página: 3

REFORMA

A SDR de Brusque, responsável pelo Educandário Valério Gomes, em Tijucas, informa que a escola não está abandonada pelo Estado, conforme citou o Visor na edição de ontem. Diz que o processo de licitação já foi aprovado e deve ser publicado ainda esta semana. Destaca também que não se trata de "simples manutenção", como menciona a nota da coluna, mas investimentos de R\$ 339 mil.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Cidade	Data: 31/8/11
Assunto: Pontapé para licitar a obra		Página: 12

Pontapé para licitar a obra

Celso Ramos. Prefeitura vai publicar no Diário Oficial o termo de concorrência pública

JOÃO MEASSI

joao@noticiasdodia.com.br

[@joao_ND](https://twitter.com/joao_ND)

FLORIANÓPOLIS — Depois da visita à escola de Educação Básica Celso Ramos, na Praia, fechada desde janeiro e agora cedida ao município por dez anos, a Prefeitura da Capital publicará nos próximos dias o termo de licitação no Diário Oficial e, em seguida, o documento estará na internet (www.pmf.sc.gov.br) à disposição dos interessados em participar da licitação, cuja modalidade será por carta-convite ou tomada de preços. A reforma foi autorizada sexta-feira passada pelo prefeito Dário Berger.

A licitação será para atender os requisitos legais da primeira etapa da reforma, que consiste em fazer adaptações no térreo do prédio para receber as 115 crianças atendidas na creche Santa Terezinha. Há necessidade de fazer manutenção de salas de aulas, adaptar banheiros, fazer revisão elétrica e hidráulica, além de reparos em portas, telhado, cozinha e pintura.

À visita à escola Celso Ramos compareceram o prefeito Dário Berger, o secretário de Educação, Rodolfo Pinto da Luz, e lideranças comunitárias do entorno do maciço do morro da Cruz. O secretário Rodolfo Pinto da Luz ficou impressionado com o estado em que se encontra a escola. “Pensamos que, num prazo de 15 dias, poderíamos transferir as 115 crianças da creche Santa Terezinha para a Celso Ramos. Infelizmente, precisaremos de um tempo maior, mas ainda neste semestre haverá essa mudança”.

A prefeitura calcula que nas obras iniciais serão investidos R\$ 110 mil e, numa segunda etapa, haverá benfeitorias na parte superior do prédio. Com isso, outras crianças da região poderão ser matriculadas na educação infantil. “Calculamos que poderemos abrir no total quase 500 vagas”, lembrou Pinto da Luz.

Restrições de uso do prédio

A Lei Número 15.531, de agosto deste ano, sancionada pelo governador Raimundo Colombo, restringe o uso da escola Celso Ramos pelo poder executivo municipal. O prédio foi cedido oficialmente apenas por 10 anos.

Além disso, obriga a prefeitura

a executar a conclusão de reforma geral do prédio em seis meses, sob pena do imóvel retornar para o Estado. Há um engessamento também quanto ao destino do prédio. Ele só poderá ser usado para a instalação de uma unidade de educação infantil.

Vergastix
A escola Celso Ramos entrou em colapso neste ano, após um aluno jogar uma pedra na diretora. O prédio já não estava bom, mas houve um processo de degradação

Reforma no ginásio de esportes

Outra reivindicação da comunidade do entorno do maciço do morro da Cruz é no sentido de fazer reformas também no ginásio de esportes, igualmente em situação precária.

Para acelerar esse processo será criada a Comissão Celso Ramos, que vai acompanhar o desenrolar da reforma tanto no colégio transferido à prefeitura quanto no ginásio.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Região	Data: 31/8/11
Assunto: 7 de setembro		Página: 17

7 DE SETEMBRO

Desfiles abrem comemorações neste sábado

SÃO JOSÉ — Escolas e instituições de Palhoça, São José, Biguaçu e Antônio Carlos se preparam para os desfiles cívicos de 7 de Setembro. As comemorações pelo Dia da Independência se iniciam no sábado, 3, seguem no domingo, 4, em Palhoça e Antônio Carlos, e finalizam no feriado, 7, em Biguaçu.

São José abrirá os desfiles na Grande Florianópolis às 9h de sábado, na avenida Lélio João Martins, no bairro Kobrasol. Para tanto os acessos à rua Koesa e avenida central do bairro serão bloqueados a partir da rua José Gonzaga Regina Lima até a Rua Dom Pedro II. Outras entradas serão modificadas gradativamente a partir das 23h de sexta-feira, 2, até à tarde de sábado. Mais de dez mil pessoas são esperadas para o evento que terá a participação da Polícia Militar, Cavalaria, Canil da PM além de entidades e escolas de São José.

Em Palhoça, as 50 entidades participantes ocuparão a avenida Elza Lucci, no bairro Ponte do Imaruim a partir das 8h30 de domingo. De acordo com o organizador Jerônimo Juttel as festividades serão canceladas somente se chover no início da manhã de domingo. Estudantes, militares e associações se preparam para desfile patriótico

Em Antônio Carlos, vão desfilar alunos da rede municipal e estadual de ensino, além de atletas das escolinhas esportivas, grupo de idosos, entre outras entidades do município. O evento está marcado para as 9h, tendo como percurso a rua Daniel Petry, entre o Cartório Santos e a Igreja Matriz.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Segurança	Data: 31/8/11
Assunto: Sala de aula devolve liberdade		Página: 28

Sala de aula devolve liberdade

Futuro. A exemplo de quem trabalha, presos que estudam terão penas reduzidas

FLORIANÓPOLIS — Uma série de audiências será realizada no Estado para estudar a implantação da remissão de pena para os presos que estudarem. Segundo a Lei 12.403, em vigor desde quatro de julho último, a cada 12 horas de estudo o preso ganhará o benefício de reduzir um dia na pena a ser cumprida.

O assunto tem gerado polêmica, principalmente quanto aos investimentos que serão aplicados para a criação de estrutura para os detentos assistirem as aulas. “Tem gente que é contra o estudo dentro dos presídios. O preso tem que estudar e sair de lá melhor do que entrou”, declara a

secretária de Justiça e Cidadania, Ada de Luca. Para a secretária, a ampliação da educação dentro dos presídios pode reduzir os índices de reincidência e, a longo prazo, resultar no fim dos problemas de superlotação.

Santa Catarina tem, atualmente, população carcerária de 16 mil pessoas. Destas, apenas 1.538 já estudam. Só este ano, sete presos conseguiram ingressar em cursos superiores, sendo liberados do cárcere para frequentarem as aulas. Outros sete, que também conseguiram ingressar no ensino superior, foram impedidos de assistirem as aulas por questões judiciais. “Estudando

ou não, depois que cumprirmos suas penas todos serão soltos”, afirmou Ada de Luca.

Atualmente, são 61 professores dentro do sistema penal. O número deve aumentar de acordo com a demanda. Por questão de segurança, os presos que quiserem participar do programa deverão formar turmas com no máximo seis detentos. Para a secretária Ada de Luca, o cumprimento da lei atende a políticas internacionais de ressocialização. “Presídio é depósito de gente. Temos que diminuir a reincidência e oferecer condições para recuperação desses indivíduos”, destaca a secretária.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: ANJoinville	Data: 31/8/11
Assunto: Primeiro emprego		Página: 11

Primeiro emprego

Jovens mais perto de uma profissão

Projeto dá chance a empresas joinvilenses que não cumprem as cotas para aprendizes

A lei federal que exige desde 2000 que empresas com mais de cem funcionários preencham de 5% a 15% do quadro com jovens aprendizes recebeu um reforço em Joinville, cidade em que as vagas abertas equivalem a apenas 11% do potencial do mercado. Foi lançado, ontem, um programa que dará a empresas de médio e de grande porte uma oportunidade de cumprir a lei, criada para dar trabalho a jovens de 14 a 21 anos sem experiência.

O Aprendiz Legal deverá aproximar dos jovens as empresas interessadas neste tipo de mão de obra. Hoje, são cerca de 20 companhias. Para que os jo-

vens não comecem tão "crus" no primeiro emprego – motivo de as empresas ignorarem a lei, ao lado das obrigações legais previstas no contrato –, eles receberão cursos de capacitação.

A expectativa é formar mil jovens joinvilenses em um ano. As aulas das primeiras turmas devem começar no mês que vem, informa Rafael Molina, coordenador de expansão da organização social paranaense Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional (Gerar).

O projeto da Fundação Roberto Marinho será implementado pela Gerar e pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), com apoio da Univille e do Ministério do Trabalho e Emprego. Segundo Molina, os jovens que se inscreverem pela internet serão selecionados. Quem passar terá à sua disposição um tutor, que o ajudará na formação e na busca por uma vaga em uma empresa.

A instituição oferece dez cursos (confira quadro). A expectativa, segundo o superintendente da Gerar, Francisco Essert, é contribuir para diminuir as estatísticas de desemprego na cidade, principalmente em famílias menos favorecidas. "Entre jovens, a taxa de desemprego é o dobro da geral, que é de 22%", diz ele.

Coordenadora de franquia social da fundação, Renata Campanti lembra que o impacto negativo no fato de a maioria das empresas desprezarem a lei é maior do que se pensa. Conforme ela, em 2010, apenas 18% da cota mínima foram aproveitados no País.

E em Joinville, o índice é ainda menor: há cerca de 600 jovens aprendizes contratados. Isso em um mercado que poderia oferecer até 7,5 mil vagas. O projeto existe nos 26 Estados e no Distrito Federal. Em Santa Catarina, Joinville é a única cidade a ser foco da iniciativa.

Cursos oferecidos

- Auxiliar de alimentação
- Auxiliar de produção industrial
- Sustentabilidade ambiental
- Comércio e varejo
- Gestão pública
- Logística
- Ocupações administrativas
- Práticas bancárias
- Telesserviços
- Turismo

COMO SE INSCREVER

O cadastro pode ser feito na sede do Aprendiz Legal, na rua Paulo Malschitzki, 90, sala 4, no bairro Bom Retiro.

Mais informações:
www.aprendizlegal.org.br e
pelo telefone (47) 3473-5811.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Voce.leitor	Data: 31/8/11
Assunto: CDH promove curso de formação popular		Página: 32

CDH promove curso de formação popular



**CYNTHIA MARIA
PINTO DA LUZ,**

advogada do Centro de Direitos
Humanos de Joinville
cynthiapintodaluz@terra.com.br

Está em andamento a 3ª edição da Escola de Formação Popular em Direitos Humanos com o curso intitulado “Todos e todas – sujeitos coletivos de direitos”. É uma iniciativa do Centro dos Direitos Humanos de Joinville (CDH) voltada para a capacitação de lideranças populares, professores, servidores públicos, policiais, conselheiros municipais, sindicalistas, profissionais liberais, estudantes e outros atores sociais. O objetivo é construir um processo continuado de educação em direitos humanos, fundamentado em uma visão crítica da sociedade atual, da falta de justiça social e da banalização e violação sistemática da vida, dos direitos humanos e do meio ambiente.

Nada mais necessário do que discutir a acessibilidade e a eficácia dos direitos humanos, em um contexto em que se vivencia a falta de médicos, de atendimento nos hospitais, de mortes e episódios de violência nas ruas, escolas interdidas e outras mazelas cotidianas, que não são normais nem devem ser tidas como aceitáveis. Essa edição da Escola/2011 iniciou com a palestra “Direito achado na rua”, proferida pelo professor da UnB, Alexandre Bernardino Costa, realizada na Faculdade de Direito da FCJ, no dia 5 de agosto.

O segundo encontro, que ocorreu no último dia 18, enfocou o tema “Direitos humanos do povo da rua” e contou com a participação de Tomás Gomes, antropólogo paranaense, e Leonildo Monteiro, membro da direção nacional do Movimento Nacional de Pessoas em Situação de Rua. Os moradores de rua, apesar de presentes nas cidades, ainda ocupam uma posição anônima na sociedade e são vítimas da violência e do preconceito.

No dia 1º de setembro estará presente a professora Fernanda Lapa, mestre em filosofia do direito e professora da Faculdade de Direito da Univille, que abordará o tema “Sistema interamericano de direitos humanos” com foco em uma análise crítica da situação de direitos humanos em Joinville e no Brasil e o papel dos organismos internacionais na área de direitos humanos.

Os próximos temas são “Violência contra as mulheres”, “Direito à memória e à verdade”, “Política criminal e segurança pública”, “Direito à saúde na cidade”, “Direito à vida no planeta” e “Universidade, movimentos sociais e direitos humanos”. O curso encerra-se em dezembro, na Câmara de Vereadores, com a palestra “Ser um mano: as cidadãs, os cidadãos e o estado de direitos”, com a presença do padre Valdir João Silveira, coordenador nacional da Pastoral Carcerária.

As inscrições são gratuitas e os encontros acontecem no auditório do Centro dos Direitos Humanos. Faça sua inscrição e veja a programação completa em www.centrodireitoshumanos.org.br.



CLIPPING

Veículo: Dário do Oeste - Canoinhas	Editoria: Geral	Data: 27; 28 e 29 /8/11
Assunto: Gered divulga calendário de reposição de aulas		Página: 3

GERED divulga o calendário de reposição das aulas

Canoinhas - A reposição das aulas irá variar de uma escola para outra. O período em que as escolas ficaram em greve deverá ser repostado, para o fechamento do ano letivo. A reposição das aulas ocorrerá segundo o calendário divulgado ontem, dia 26, pela Gered.

O Gerente de Educação, Ricardo Pereira Martin, afirma que mesmo com a reposição das aulas, a situação do conteúdo pedagógico perdido preocupa a gerência. "Estamos preocupados com o conteúdo que foi perdido com o período da greve", afirma.

Segundo o calendário divulgado, que determina o fechamento dos bimestres do ano letivo, as escolas terão de cumprir as datas estipuladas. Os dias que cada escola irá repor variam de acordo com os dias de paralisação. Algumas escolas irão ter seu período letivo estendido, com recuperações de alunos e exames finais, até 30 de dezembro, e outras até 6 de janeiro.

Martin afirma que em Canoinhas algumas escolas já fizeram a reposição de aulas no período do mês de julho, e que deverão continuar com a reposição. "Algumas escolas já estão repondo as aulas, outras já realizaram a reposição de alguns dias em julho, e o restante das escolas deverá repor o período da greve", diz.

As aulas de reposição acontecerão nos sábados, com atividades diversas para os alunos. Segundo Martin, nos sábados estipulados para a reposição das aulas, deverão ocorrer 'Conselho de Classe Participativo', obedecendo a legislação, jogos esportivos, exposições pedagógicas e palestras edu-

cacionais para os alunos. A reposição está sendo positiva, o período perdido está sendo recuperado. "As escolas estão obedecendo ao calendário e o aproveitamento está sendo ótimo", afirma ele.

Carolina Raddatz Simão, aluna da segunda série do ensino médio, comenta que os alunos não têm culpa pela greve. "É um pouco de desconsideração com os alunos, muito foram prejudicados, principalmente os alunos de terceira série do ensino médio", afirma Carolina.

A maioria dos alunos concordava com os argumentos dos professores, mas os pontos negativos da greve afetam a todos.

Talita Guedes, aluna do terceiro ano do ensino médio, diz que os alunos já foram e serão prejudicados. "A situação é ruim, os alunos não tem culpa pela greve dos professores" comenta Talita.

A colação de grau dos alunos dos últimos anos só poderá ocorrer após os conselhos de classe. O baile de formatura de cada escola poderá ser realizado assim que as aulas encerrem, porém a colação de grau dos alunos, ato solene, só após o fim do período exigido para o término do 3º bimestre, dia 23 de dezembro, como exige o protocolo.

Por Bruno Marcinihen



CLIPPING

Veículo: Destaque Regional – São Lourenço do Oeste	Editoria: Saúde	Data: 24/8/11
Assunto: Projeto Ambicioso		Página: 13

PROJETO AMBICIOSO

Ensino Médio em tempo integral e profissionalizante

O secretário da Educação, Marcos Tebaldi (PSDB), apresentou aos secretários regionais e gerentes de Educação do Governo do Estado o projeto de Ensino Médio Integral, a ser implantado gradativamente na rede de ensino estadual já a partir de 2012. O objetivo, segundo Tebaldi, é manter o jovem na escola por mais tempo, oferecendo a eles inúmeras alternativas de aprendizado. "Essa faixa etária dos 14 aos 17 anos é muito vulnerável, é preciso evitar que eles fiquem pelas ruas", diz o secretário. Pelo projeto, o currículo do Ensino Médio ganharia atividades complementares, como artes, cultura, informática, inglês. Há ainda uma proposta de ensino profissionalizante, introduzindo as especialidades mais procuradas na região. "São duas

frentes para atrair os jovens e formá-los em condições melhores para o vestibular ou direto para o mercado de trabalho", acentuou Marcos Tebaldi.

O passo a passo - Para iniciar o projeto já em 2012, a Secretaria de Educação está cadastrando as escolas que têm estrutura física melhor, com laboratórios, quadras de esporte, boa área de convivência, refeitório e salas para atividades complementares. Até o momento, 30 escolas, de diferentes regiões do Estado, estão listadas. As demais, segundo o secretário, vão ser adequadas gradativamente. Ele informou, ainda, que dez estabelecimentos de ensino serão construídos de acordo com esse perfil, com conclusão de obras prevista para 2013.

Corpo docente - Tebaldi



Tebaldi: mais formação para os jovens, para tirá-los das ruas

acredita que poderá contar com o corpo docente da rede estadual, que terá maior número de professores disponíveis com o avanço do projeto de municipalização do Ensino Fundamental. Tebaldi assinalou, ainda, que a Secretaria tenciona promover a capacitação de profissionais para as atividades complementares.



CLIPPING

Veículo: Diário do Planalto	Editoria: Educação	Data: 24/8/11
Assunto: Inscrições para professores ACTs encerram dia 26		Página: 5

Inscrições para professores ACTs encerram dia 26

Canoinhas - As inscrições para professores Admitidos em Caráter Temporário (ACTs) na Gerência de Educação (GERED) de Canoinhas se encerram as 18 h do dia 26, sexta-feira. Todos os interessados em ministrar aulas no ano letivo de 2012 devem fazer as inscrições diretamente no site www.acao.org.br.

No site estão disponibilizadas todas as informações nos editais. A prova está marcada para o dia 13 de novembro de 2011 e os locais das provas serão definidos e divulgados no site a partir do dia 03 de novembro de 2011. A Supervisora de Desenvolvimento Humano da GERED Canoinhas, Josiane Muller pede para os interessados seguirem todas as orientações do edital. "É importante que o candidato traga até a GERED Canoinhas toda a documentação original, junto às fotocópias, com duas assinaturas do supervisor do ensino e assinatura da supervisora

do Desenvolvimento Humano, e ainda, os candidatos devem passar em qualquer escola estadual para colher duas assinaturas, uma da direção escolar e outra do assistente de educação, não podendo ser assinaturas de escola municipal. Caso o (a) candidato (a) não tenha trabalhando no magistério em esfera pública estadual nos últimos três anos, este deve preencher uma declaração de próprio punho dizendo que não exerceu função como professor no magistério", conclui Josiane.

A Gerência de Educação de Canoinhas também está disponibilizando o laboratório de informática para a realização da inscrição para quem não tem acesso a internet, das 13 h às 19 h. Para mais informações, o telefone de atendimento da GERED Canoinhas é: (47) 3622-4090.

Fonte: Assessoria de Comunicação SDR Canoinhas



CLIPPING

Veículo: Diário do Oeste - Canoinhas	Editoria: Geral	Data: 24/8/11
Assunto: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica		Página: 7

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, IDEB, foi criado em 2007. O Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP, utiliza o Ideb como um indicador de dois conceitos, o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb serve como uma ferramenta para o acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação, PDE, para a educação básica.

O último exame foi realizado em 2009, e em novembro de 2011 uma nova prova será aplicada nas escolas públicas. Em 2009 as me-

tas de qualidade foram cumpridas a nível nacional. Os indicadores mostram uma evolução na qualidade da educação em todos os níveis de ensino, na primeira e segunda etapa do ensino fundamental, 4ª e 8ª série ou 5º e 9º ano, e no ensino médio.

A nota que as escolas públicas tiram no Ideb, deve ser divulgada nas escolas, é o que pretendem três projetos de lei que estão em andamento na Câmara de Deputados. Os projetos visam a divulgação das notas que a escola, o município e o estado tiveram no exame.

A meta do PDE é que em 2022

o Brasil alcance a média de 6.0 no Ideb, média igual ao dos países desenvolvidos, que estabelece um sistema de educação com qualidade.

No exame realizado em 2009, o Ideb da primeira fase do ensino fundamental passou de 4,2 para 4,6. Nos anos finais do ensino fundamental a meta também foi superada, a média passou de 3,8 para 4,0. O ensino médio avançou de 3,5 para 3,6. Em todos os exames, a meta de 2009 foi superada. A primeira divulgação feita em 2005 ajudou para estabelecer as metas de qualidade à serem atingidas pelas instituições do País, divulgados de dois em dois anos.

O índice do Ideb é calculado com base na taxa de rendimento escolar, aprovação e as médias de desempenho nos exames padronizados aplicados pelo INEP. O desempenho dos alunos obtido

no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, SAEB, e na prova Brasil são indicadores do INEP. Os exames consideram o nível de aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática.

IDEB varia nas Cidades da região

Santa Catarina ocupa uma boa colocação na classificação nacional. A média das séries iniciais é de 5,2 e para as séries finais de 4,5. No ensino médio a nota é de 4,1. Os projetos de lei se forem aprovados deverão ser cumpridos em todo o país. Em nossa região, a média foi alcançada em grande parte das escolas. Os projetos de lei se forem aprovados, farão as escolas divulgarem sua média. Na região a situação está bem avaliada, mas melhoras são esperadas.

A 26ª Gerência Regional de Educação, GERED, que atende os municípios de Canoinhas, Bela Vista do Toldo, Major Vieira, Irineópolis, Porto União e Três Barras busca melhorar o índice. De todas as escolas que fazem parte do domínio de atuação da 26ª GERED, apenas 10 escolas estão abaixo da média do Ideb. "As escolas que receberam a média abaixo do esperado no exame do Ideb em 2009, receberam verbas para o setor pedagógico, visando a melhoria da infra-estrutura e capacitação, para que a meta seja atingida no próximo exame, que será realizado em novembro de 2011", afirma uma representante da instituição.



CLIPPING

Veículo: Diário do Vale – Jaraguá do Sul	Editoria: Especial	Data: 20/8/11
Assunto: Escola de fé: a religião na sala		Página: 6 e 7

Escolas de fé: a religião na sala

■ A Constituição determina que a oferta do ensino religioso deve ser obrigatória nas escolas da rede pública de ensino fundamental, com matrícula facultativa. No entanto, pesquisas recentes e ações na Justiça questionam a inclusão da disciplina, já que o Brasil é um país laico, ou seja, a população é livre para ter diferentes credos, mas as religiões devem estar afastadas do ordenamento do Estado

Amanda Ciegliński
Repórter

Além das operações matemáticas, das regras ortográficas e dos fatos históricos, os princípios e conceitos das principais religiões também devem ser discutidos em sala de aula. A Constituição Federal brasileira determina que a oferta do ensino re-

ligioso deve ser obrigatória nas escolas da rede pública de ensino fundamental, com matrícula facultativa – ou seja, cabe aos pais decidir se os filhos vão frequentar as aulas.

Pesquisas recentes e ações na Justiça questionam a inclusão da religião nas escolas, já que, desde a Constituição Federal de 1890, o Brasil é um país laico, ou seja, a população é livre para ter diferentes credos, mas as religiões devem estar afastadas do ordenamento oficial do Estado.

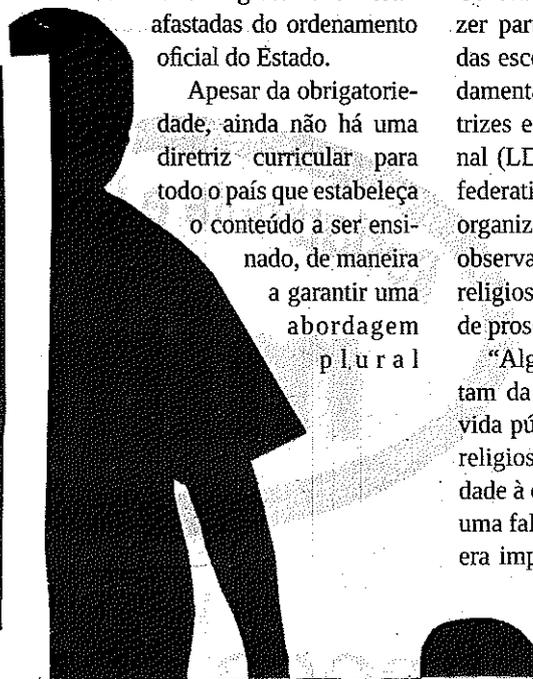
Apesar da obrigatoriedade, ainda não há uma diretriz curricular para todo o país que estabeleça o conteúdo a ser ensinado, de maneira a garantir uma abordagem plural

sem caráter doutrinário. Outro problema é a falta de critérios nacionais para contratação de professores de religião. Hoje, o país conta com 425 mil docentes, formados em diversas áreas. O ensino religioso está presente no Brasil desde o período colonial, com a chegada dos padres jesuítas de Portugal para catequizar os índios.

Atualmente, de acordo com a Constituição, a disciplina deve fazer parte da grade horária regular das escolas públicas de ensino fundamental. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) definiu que as unidades federativas são responsáveis por organizar a oferta, desde que seja observado o respeito à diversidade religiosa e proibida qualquer forma de proselitismo ou doutrinação.

“Alguns historiadores que tratam da participação da religião na vida pública mostram que o ensino religioso foi uma concessão à laicidade à época da Constituinte. Havia uma falsa presunção de que religião era importante para a formação do caráter, da vida e dos indivíduos participativos e bons. Essa é uma pre-

■ “O que a gente observou é que a intolerância religiosa no Brasil se manifesta principalmente contra as pessoas vinculadas às religiões de matriz africana. Dessa forma, a gente entende que o problema está muito ligado ao desafio do enfrentamento do racismo, já que essas religiões historicamente foram demonizadas”, explica Denise, ligada à Plataforma de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Dhesca Brasil), que reúne movimentos e organizações da sociedade civil.





CLIPPING

Veículo: Diário do Vale – Jaraguá do Sul	Editoria: Especial	Data: 20/8/11
Assunto: Escola de fé: a religião na sala		Página: 6 e 7

sunção que discrimina grupos que não professem nenhuma religião. Isso foi uma concessão à pressão dos grupos religiosos”, avalia a socióloga Debora Diniz, da Universidade de Brasília (UnB).

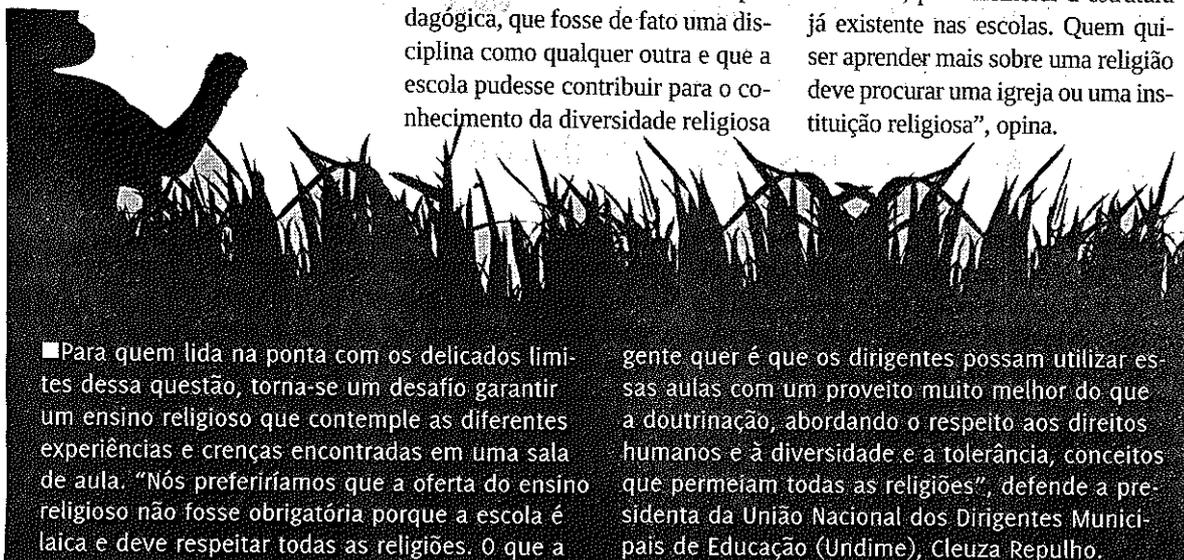
Debora é autora, junto com as pesquisadoras Tatiana Lionço e Vanessa Carrião, do livro *Laicidade e Ensino Religioso*, publicado no último semestre. O estudo investigou como o ensino religioso se configura no país e se as escolas garantem, na prática, espaços semelhantes para todos os credos, como preconiza a LDB. A conclusão é que não há igualdade de representação religiosa nas salas de aula. “Ele é um ensino cristão, majoritariamente católico, e não há igualdade de representação religiosa com outros grupos, principalmente os minoritários”, destaca Debora.

Há mais de uma década acompanhando essa discussão, o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (Fonaper) reconhece que há muitos desafios para garantir a pluralidade. Mas defende que o conteúdo é importante para a formação dos alunos. “Nós vislumbramos, desde a LDB, que o ensino religioso poderia assumir uma identidade bastante pedagógica, que fosse de fato uma disciplina como qualquer outra e que a escola pudesse contribuir para o conhecimento da diversidade religiosa

de modo científico. O professor, independentemente do seu credo, estaria ajudando os alunos a conhecer o papel da religião na sociedade e a melhorar o relacionamento com as diferenças”, aponta o coordenador do Fonaper, Elcio Cecchetti.

No Rio de Janeiro, por exemplo, o ensino religioso é oferecido apenas nas escolas estaduais. Nas unidades municipais, ainda não foi implantado, mas há um projeto de lei em tramitação na Câmara dos Vereadores da capital fluminense que prevê a oferta nas cerca de mil escolas da rede, com frequência facultativa. A recepcionista Jussara Figueiredo Bezerra tem dois filhos que estudam em uma escola municipal da zona sul do Rio de Janeiro e acompanha com certo receio a discussão. Ela é evangélica e acredita que esses valores devem ser transmitidos em casa, pela família.

“Quem são os professores que vão dar as aulas de religião? Será que eles serão imparciais? Além disso, com tantas dificuldades e carências que o ensino público já enfrenta, por que gastar dinheiro com isso? Esses recursos poderiam ser usados de outra forma, para melhorar a estrutura já existente nas escolas. Quem quiser aprender mais sobre uma religião deve procurar uma igreja ou uma instituição religiosa”, opina.



■ Para quem lida na ponta com os delicados limites dessa questão, torna-se um desafio garantir um ensino religioso que contemple as diferentes experiências e crenças encontradas em uma sala de aula. “Nós preferiríamos que a oferta do ensino religioso não fosse obrigatória porque a escola é laica e deve respeitar todas as religiões. O que a

gente quer é que os dirigentes possam utilizar essas aulas com um proveito muito melhor do que a doutrinação, abordando o respeito aos direitos humanos e à diversidade e a tolerância, conceitos que permeiam todas as religiões”, defende a presidenta da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Cleuza Repulho.



CLIPPING

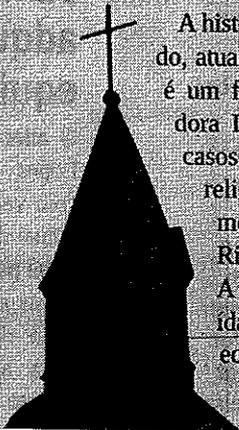
Veículo: Diário do Vale – Jaraguá do Sul	Editoria: Especial	Data: 20/8/11
Assunto: Escola de fé: a religião na sala		Página: 6 e 7

Intolerância religiosa afeta autoestima

Fernando* estava na aula de artes e tinha acabado de terminar uma maquete sobre as pirâmides do Egito. Conversava com os amigos quando foi expulso da sala aos gritos de “demônio” e “filho do capeta”. Não tinha desrespeitado a professora nem deixado de fazer alguma tarefa. Seu pecado foi usar colares de contas por debaixo do uniforme, símbolos da sua religião, o candomblé. O fato de o menino, com então 13 anos, manifestar-se abertamente sobre sua crença provocou a ira de uma professora de português que era evangélica. Depois do episódio, ela proibiu Fernando de assistir às suas aulas e orientou outros alunos para que não falassem mais com o colega. O menino, aos poucos, perdeu a vontade de ir à escola. Naquele ano, ele foi reprovado e teve que mudar de colégio.

Quem conta a história é a mãe de Fernando, Andrea Ramito, que trabalha como caixa em uma loja. Segundo ela, o episódio modificou a personalidade do filho e deixou marcas também na trajetória escolar. “A autoestima ficou muito baixa, ele fez tratamento com psicólogo e queria se matar. Foi lastimável ver um filho sendo agredido verbalmente, fisicamente, sem você poder fazer nada. Mas o maior prejudicado foi ele que ficou muito revoltado e é assim até hoje”, diz.

Antes de levar o caso à Justiça, Andréa tentou resolver a situação ainda na escola, mas, segundo ela, a direção foi omissa em relação ao comportamento da professora. A mãe, então, decidiu procurar uma delegacia para registrar um boletim de ocorrência contra a docente. O caso aguarda julgamento no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Se for condenada, o mais provável é que a professora tenha a pena revertida em prestação de serviços à comunidade.



A história do estudante Fernando, atualmente com 16 anos, não é um fato isolado. A pesquisadora Denise Carrera conheceu casos parecidos de intolerância religiosa em escolas de pelo menos três estados – Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. A investigação será incluída em um relatório sobre educação e racismo no Brasil, ainda em fase de finalização.



CLIPPING

Veículo: Diário do Vale – Jaraguá do Sul	Editoria: Especial	Data: 20/8/11
Assunto: Escola de fé: a religião na sala		Página: 6 e 7

Conselho quer criar diretrizes curriculares para o ensino religioso

Ao contrário de outras disciplinas, não há diretrizes nacionais ou parâmetros curriculares que definam o conteúdo a ser abordado nas aulas de ensino religioso das escolas públicas do país. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, definiu que cada estado deve criar normas para a oferta disciplina, o que abriu espaço para uma variedade de modelos adotados em cada rede de ensino. Para educadores e especialistas que estudam o tema, esse vácuo normativo impede a garantia de espaço igualitário para todos os credos. O problema começou a ser discutido este mês pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que espera definir algumas orientações mínimas para o ensino de religião.

“Nós temos detectado no conselho a necessidade de alguma orientação sobre a questão. Essa é uma preocupação nossa”, destaca o conselheiro César Callegari. O CNE elaborou um documento que servirá de base para as discussões. O texto aponta

“uma clara e profunda anomia [ausência de regras] jurídica nessa matéria [a oferta do

ensino religioso]. Como se não bastasse, prevalece, também, uma anomia pedagógica, em parte resultante daquela”. Há previsão de que o colegiado promova audiências públicas para ouvir os atores envolvidos no problema – representantes das religiões, secretários de Educação, pesquisadores e professores.

Segundo Callegari, não está descartada a possibilidade de o conselho definir também diretrizes curriculares. Entretanto, o próprio colegiado tem dúvidas de quais são seus limites de atuação diante do que está previsto na legislação brasileira sobre o tema. Pela LDB, os estados são os responsáveis por organizar e normatizar a oferta – diferentemente do que ocorre com as outras disciplinas do currículo. De acordo com ele, a LDB tem uma diretriz clara sobre os limites do ensino religioso. “Não pode servir a qualquer forma de proselitismo, desta ou daquela tendência, deste ou daquele credo religioso. Mas, infelizmente, isso não é sempre observado”, aponta Callegari.

Para o conselheiro, os parâmetros ficaram ainda mais confusos depois do acordo firmado entre o governo brasileiro e o Vaticano, em 2009. O Artigo 11 desse documento determi-

na que “o ensino religioso, católico e de outras confissões religiosas, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental”.

“Ele [acordo] estabeleceu um dispositivo que contraria a LDB e a própria Constituição brasileira, que veda qualquer forma de proselitismo, ao afirmar que se trata de ensino religioso que valorize a religião católica e outras religiões”, indica.

Estudo da Universidade de Brasília (UnB) identificou que no Rio de Janeiro, na Bahia, no Acre e no Ceará o ensino religioso é do tipo confessional – cujo objetivo é a promoção de uma religião, a depender da formação do professor, que precisa ser ligado a uma comunidade religiosa. Esse tipo de ensino tem caráter doutrinário. A antropóloga Debora Diniz, que coordenou a pesquisa, aponta que a falta de normas permite que se privilegie determinadas crenças, contrariando a legislação. Ela lembra que todos os livros didáticos distribuídos às escolas públicas pelo Ministério da Educação (MEC) passam por avaliações. Mas, no caso do ensino religioso, como as publicações não são distribuídas pelo governo, não há o crivo de especialistas sobre a adequação desse material.

Procuradora diz que ensino plural é impossível

Duas ações diretas de inconstitucionalidade foram encaminhadas ao Supremo Tribunal Federal (STF) questionando o espaço da religião dentro da escola tendo em vista que, desde que o Brasil deixou de ser colônia portuguesa, a Constituição define o país como laico. O tema é contraditório já que a Carta Magna também determina que as escolas públicas devam oferecer ensino religioso aos alunos do ensino fundamental, ainda que a matrícula na disciplina seja optativa. Uma das ações, encaminhada pela Procuradoria-Geral da República (PGR), pede que o STF se posicione a respeito do modelo de oferta do ensino religioso adotado por alguns estados, chamado de confessional, em que o professor está vinculado a comunidades religiosas. A ação, cujo relator será o ministro Carlos Ayres Britto, defende que é inadmissível que “a escola se transforme em espaço de catequese e proselitismo, católico ou de qualquer outra religião”.





CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 31/8/11
Assunto: Eleição da UDESC		Página: 34

ELEIÇÃO NA UDESC

Professores disputam a reitoria

MAURÍCIO FRIGHETTO

Mais de 12 mil pessoas terão a missão de escolher, no dia 26 de outubro, o novo reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). São dois candidatos na disputa: Antonio Heronaldo de Souza, 44 anos, que deixou a vice-reitoria para tentar o cargo máximo da instituição, e Sandra Regina Ramalho e Oliveira, 58, da oposição.

Heronaldo é vinculado ao Centro de Ciências Tecnológicas (CCT), de Joinville, e tem como vice na chapa o professor Marcos Tomasi, do Centro de Ciências da Administração e Sócioeconômicas (Esag). O slogan dele é Inovar e Avançar.

– Estive como vice-reitor e pude acompanhar os ganhos da universidade. Nossa proposta é continuar a ampliar uma das grandes instituições do Estado, que melhora a qualidade de vida dos catarinenses. Nossa proposta é buscar uma inovação administrativa e acadêmica. Só na nossa gestão, duplicou de 12 para 24 os cursos de pós-graduação. Vamos procurar ações administrativas e acadêmicas para consolidar esta evolução e garantir o aprimoramento dos cursos de graduação – defende.

Sandra, do Centro de Artes (Ceart), tem como companheiro de chapa o professor Júlio Miranda Pureza, do (CCT). O tema da campanha a chapa de oposição é Udesc Plural.

– A Udesc tem que aparecer mais. O governador (Raimundo Colombo) cobrou isso. O que se percebe é que, muitas vezes, a gente faz pesquisa importante, com resultados significativos, mas o resultado não chega na ponta. Muitas vezes, não é dado o retorno nem na própria escola onde são obtidos os dados que nos levam a conclusões importantes, que mudam a nossa visão em relação a algum problema. Tudo passa por um maior envolvimento e divulgação – afirma.

Serão 12.140 votantes. Destes, 10.610 são estudantes; 767, professores; e 763, técnicos administrativos. Mas os pesos dos votos são diferentes: 50% para professores e 25% para as outras duas categorias.

mauricio.frighetto@diario.com.br



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Artigos	Data: 31/8/11
Assunto: Comércio vergonhoso		Página: 9

Comércio vergonhoso

JOSÉ MARCELO F. DE LUNA *

Para Anísio Teixeira, um dos idealizadores da universidade brasileira, a educação superior deve promover não só a formação profissional, mas também o desenvolvimento do saber e o consequente alargamento da mente das pessoas. A natureza insubstituível dessa instituição deve ser mantida através da unidade entre pesquisa e ensino, praticada e expressa em diversos ambientes acadêmicos, como, por excelência, nas bibliotecas.

Vergonhosamente, não é o primeiro ano em que se constatam desvios flagrantes desse ideal de universidade. Em algumas instituições públicas, o segundo semestre letivo começa com a manutenção da greve de funcionários, que se arrasta há meses, levando consigo a oportunidade de os alunos consultarem a bibliografia das disciplinas que cursam, de se iniciarem e se manterem na pesquisa científica e de produzirem seus trabalhos acadêmicos.

Ao assistirmos, quase inertes, a mais uma expressão de desrespeito a um direito dos nossos educandos

e educadores, queremos nos dizer chocados com as notícias de comercialização de trabalhos.

Há, de fato, compradores e vendedores de matéria acadêmica desde muito. No entanto, esse número parece crescer na medida em que faltam os incentivos e as condições para a devida e legítima produção científica.

Para jovens em formação, as portas insistentemente fechadas de uma biblioteca pública podem fazer com que gerações se abram à encomenda e à compra de trabalhos acadêmicos. Essa situação deve ser alarmante o suficiente para a sociedade, em especial professores, alunos, gestores institucionais e funcionários administrativos, garantir as condições plenas para o desenvolvimento da educação superior brasileira.

Os trabalhos acadêmicos devem ser a expressão de formação longa e continuada, que precisa ser desejada, ambientada, acompanhada, avaliada e valorizada por todos.

* Professor do Mestrado em Educação da Universidade do Vale do Itajaí (Univali)